

NOVAS FORMAS DE PROTESTO SOCIAL E VELHOS CAMINHOS DE LUTA DA CLASSE TRABALHADORA: ENCONTROS E DESENCONTROS. UM ESTUDO A PARTIR DO CASO BRASILEIRO NO PERÍODO RECENTE.

Marcelo Badaró Mattos
Universidade Federal Fluminense

A emergência de diversas e múltiplas manifestações de protesto social no plano internacional, no período dos últimos cinco ou seis anos, tem gerado caracterizações sobre a novidade ou especificidade desses movimentos, seja pelo perfil dos manifestantes, seja pelas modalidades organizativas que os convocam ou deles surgem, seja ainda por seus programas de reivindicações implícitos ou explícitos. Entre tais caracterizações e análises predomina a valorização de elementos como: a rejeição às formas tradicionais de organização das lutas da classe trabalhadora desde o século XIX (os partidos e sindicatos em especial); um perfil de lideranças e bases distinto daquele tradicionalmente associado à classe trabalhadora; um horizonte organizativo diferenciado, pautado pela rejeição a formas institucionais e estruturas hierarquizadas e um conjunto de propostas e demandas muito diversificado e fragmentado, que possui por pontos de contato uma difusa rejeição à ordem política e uma reação decidida aos modelos de ajuste econômico típicos das estratégias de enfrentamento da crise capitalista pelos governos de diferentes matrizes partidárias após 2008.

Este artigo está longe de pretender questionar em bloco tal caracterização dominante. Porém, a partir do caso brasileiro, estudado com ênfase sobre o caráter das manifestações multitudinárias que eclodiram, em meio à chamada Copa das Confederações de futebol, em meados de 2013 (denominadas como “jornadas de junho”) e das lutas sociais que a estas se relacionaram - ocorrendo antes ou depois - espera-se demonstrar uma conexão entre protestos coletivos que aparentemente se encaixam plenamente na caracterização acima resumida e formas mais tradicionais de luta e organização da classe trabalhadora, como as greves e o movimento sindical.

Isso porque as “jornadas de junho” ocorreram em meio a uma retomada progressiva de lutas sindicais típicas, como as greves, ainda que com tais movimentos não mantivessem uma relação direta. Mais que isso, as mobilizações de massa de 2013 impulsionaram uma nova onda de movimentos grevistas (entre outros movimentos sociais) que se estendeu, pelo menos, até meados de 2014, quando o Brasil recebeu a

Copa do Mundo de futebol. Explicar essas “coincidências” exige uma reflexão que vá além dos elementos mais aparentes desses fenômenos. Começamos por uma recuperação rápida das informações gerais sobre os ciclos grevistas no Brasil recente, para em seguida retomar a discussão sobre as jornadas de junho e seu efeito multiplicador de lutas. Ao fim, esperamos conseguir traçar algumas linhas para uma avaliação do quadro atual.

O retorno das greves?

Um dos mais visíveis indicadores do recuo das lutas coletivas da classe trabalhadora brasileira, a partir dos anos 1990, foi a diminuição do número de greves. Em 1989, no auge do ciclo de lutas sociais que marcou o fim da ditadura empresarial-militar instalada em 1964, ocorreram cerca de 4000 greves no Brasil. Nos anos seguintes este número foi caindo, até atingir 1228 greves em 1996, 525 em 2000 e 299, em 2005, num dos pontos mais baixos da curva (o menor número foi de 298 em 2002).¹

Eduardo Noronha analisou tais dados à luz da noção de ciclos de greves e apontou para dois momentos distintos. Segundo ele, entre 1978 e 1997, teríamos vivido o primeiro grande ciclo de greves, marcado por um número excepcionalmente elevado de greves em comparação com o quadro internacional. O segundo momento, vivido entre 1998 e 2007, seria um período de “normalização” das greves no Brasil.² Noronha investe em um debate sobre as relações entre as oscilações dos ciclos grevistas e as conjunturas econômicas e políticas no Brasil e argumenta contra as explicações centradas em argumentos meramente econômicos.

Do nosso ponto de vista, interessa entender as razões do declínio das mobilizações organizadas dos trabalhadores. Diversos fatores incidiram sobre esse processo: o desemprego e a precarização das relações de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva que se acelerou a partir da década de 1990; o

¹ Os levantamentos mais sistemáticos sobre greves são os produzidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) e podem ser consultados em www.dieese.org.br. Análises dos ciclos de greve desde os fins dos anos 1970 foram desenvolvidas por Eduardo Noronha, especialmente em “Greves e estratégias sindicais no Brasil”. In: OLIVEIRA, C. A. D.; MATOSO, J. E. L. *et al.* (eds.). *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta, 1994 e *Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007*, Lua Nova, São Paulo, 76, 2009.

² E. Noronha, *Ciclos de greves*, op. cit.

progressivo apassivamento da maioria da direção sindical mais combativa (reunida em torno da Central Única dos Trabalhadores, a CUT), que ao longo dos anos 1990 aderiu progressivamente a uma lógica conciliatória e amoldou-se à ordem do capital e à estrutura sindical oficial;³ e, já nos anos 2000, a incorporação de dirigentes sindicais aos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores, acompanhada da transformação da CUT em braço sindical dos governos petistas e de sua definitiva incorporação à estrutura sindical oficial. Explicar detalhadamente cada um desses fatores demandaria mais espaço e tempo do que dispomos aqui.

O que nos interessa neste momento, porém, é assinalar uma inflexão. Depois de 446 greves contabilizadas em 2010 e 554 em 2011, no ano de 2012 aconteceram 873 greves no Brasil, segundo os estudos do DIEESE. Foi o maior número registrado desde 1996 e revela um crescimento significativo nos últimos anos do recurso à paralisação do trabalho, como arma para enfrentar os baixos salários, a perda de direitos dos trabalhadores e as péssimas condições de trabalho, geradoras de uma crescente onda de acidentes de trabalho, especialmente em setores como o da Construção Civil, que se viu mais aquecido com as grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos “mega-eventos” (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas).

Tendo em vista esse desenvolvimento da curva de movimentos grevistas, quatro técnicos do DIEESE analisaram esses dados e propuseram uma periodização alternativa à de Noronha. Segundo sua periodização, viveu-se: “um momento de redução discreta no número de greves (1998-2001); um momento de relativa estabilidade em baixo patamar (2002-2007); e um momento de crescimento dos movimentos grevistas (2008-2012)”.⁴

A relativa estabilidade do nível de emprego entre 2010 e 2014 (relativa porque os números oficiais contabilizam cerca de 6 milhões de desempregados, mas também 62

³ No Brasil, apesar de modificações significativas ao longo das décadas seguintes e, especialmente, com a Constituição de 1988, ainda vigora um modelo de sindicalismo corporativista estatal, criado nos anos 1930, em que prevalece o sindicato único por categoria profissional e região, a partir de uma definição sobre esses parâmetros feita pelo Ministério do Trabalho, encarregado também de reconhecer (ou não) a existência legal de sindicatos locais, federações regionais de sindicatos e confederações nacionais reunidas por ramos de atividade econômica. As centrais sindicais, que até o fim do século XX estavam fora da estrutura oficial, foram a ela incorporadas na gestão presidencial de Lula da Silva, passando a gozar de prerrogativas de representação e arrecadação típicas do modelo corporativista estatal.

⁴ Luís Augusto Ribeiro da Costa, Ana Clara Demarchi Bellan, Rodrigo Linhares, Victor Gnecco Soares Pagani. O movimento recente das greves. <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1453>.

milhões de brasileiras e brasileiros em idade ativa que por alguma razão não buscam empregos) também pode ajudar a explicar porque cresceu o número de greves. Ainda não foram divulgados os dados sobre as greves no ano de 2013 (e 2014), mas tudo indica que a tendência ao crescimento se manteve. Afinal, segundo as pesquisas do DIEESE, desde o segundo semestre de 2013, mais de 90% dos reajustes salariais superaram os índices inflacionários, resultando em aumentos reais de até 3%, a maioria dos quais na faixa entre 1 e 2%.⁵

No entanto, o crescimento do número de greves está longe de ser o principal fenômeno das lutas sociais no Brasil na conjuntura recente. Em junho de 2013, milhões de brasileiros foram às ruas em protestos que chegaram a envolver mais de 400 cidades e cerca de 2 milhões de pessoas, apenas na noite de 20 de junho, quando as manifestações atingiram seu ponto mais alto. Há certo consenso em avaliar que tais protestos, ao menos naquelas dimensões, não eram esperados e não alcançaram tamanha amplitude por terem sido convocados por alguma força política ou movimento social organizado. Embora existissem organizações e movimentos impulsionando as primeiras manifestações, que reuniram algumas centenas ou poucos milhares de pessoas contra os reajustes das tarifas do transporte urbano, a explosão das multidões nas ruas foi um efeito em grande medida “espontâneo”, típico daquelas situações históricas nas quais descontentamentos sociais latentes, extravasam por canais não institucionais. Diante disso, que relações poderiam ser estabelecidas entre as “jornadas de junho” e as greves?

As jornadas de junho: sentido de classe?

No momento das grandes manifestações de meados de 2013, uma das características mais discutidas de seu perfil foi a rejeição aos partidos políticos e, em alguma medida, às organizações sindicais proclamada por parcela significativa dos manifestantes. Quando as centrais sindicais tentaram aproveitar o embalo das grandes passeatas para impulsionar dois dias nacionais de luta unificada, o que se viu foram manifestações de escala muito reduzida e, em grande medida, restringidas a dirigentes e funcionários dos aparatos sindicais. De que relação com as greves se poderia tratar então?

⁵ <http://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=estudos&comboBuscaDirigida=>

Antes de qualquer resposta apressada, tentemos entender melhor junho de 2013. É fato que o perfil de seus participantes, dimensionado por um pequeno número de levantamentos realizadas por institutos de pesquisa de opinião, cujos critérios de estratificação dos entrevistados são questionáveis, revelam uma composição social heterogênea. No entanto, revelam também uma clara predominância de manifestantes nas faixas de rendimento de 0 a 5 salários mínimos e nas faixas etárias mais jovens.⁶ Indo um pouco além da aparência dos acontecimentos, podemos perceber que apesar de terem sido palco para todo tipo de propostas, inclusive algumas de teor claramente reacionário, as grandes demandas daquelas manifestações que permaneceram em pauta ao longo do processo – pela redução do preço e melhoria da qualidade do transporte coletivo, contra a violência policial, contra as corporações empresariais de mídia, em defesa da saúde e da educação – possuíam um claro perfil de classe. Isso se vislumbrava desde o momento em que ficou evidente a ampla simpatia que despertou a sua reivindicação original. Capitaneadas pelo Movimento pelo Passe Livre de São Paulo e organizações semelhantes em outros estados, que já possuem cerca de uma década de lutas acumuladas, mobilizando especialmente os estudantes, as primeiras passeatas se opunham ao aumento das tarifas do transporte urbano. Os transportes públicos urbanos, muito caros e de péssima qualidade, são um pesadelo no orçamento e no cotidiano justamente dos setores mais precarizados da classe trabalhadora, que moram mais distante do trabalho e não recebem qualquer tipo de auxílio para o transporte.⁷ Quando as manifestações reuniram milhões nas ruas, mesmo após a revogação dos reajustes de tarifas na maioria das capitais, a pauta mais sensível foi justamente a demanda por serviços públicos de qualidade – além do transporte, também saúde e educação –, reivindicação nitidamente orientada pelos interesses da classe trabalhadora, que exige, ainda que de forma difusa, mais do que o acesso a serviços no mercado, seus direitos sociais universais.

Os que foram às ruas naquelas “jornadas” protestaram também contra a violência policial, não apenas para garantir seu direito à manifestação, mas também para

⁶ Ver a esse respeito os dados de pesquisas comentados por Ruy Braga, a partir de sistematização de André Singer, em “Cenedic: uma sociologia à altura de Junho”, in <http://blogdaboitempo.com.br/category/columas/ruy-braga/>

⁷ Estimativas de 2014 apontam para 29% da população brasileira vivendo nas periferias dos centros urbanos. Ver <http://revistaforum.com.br/blog/2014/01/quase-um-terco-dos-brasileiros-vive-nas-periferias-urbanas/>, consultado em fevereiro de 2014.

denunciar o sentido opressivo de um aparato militarizado de coerção estatal, que constitui uma das faces mais visíveis do tratamento dispensado pelo Estado aos setores mais precarizados da classe trabalhadora em um país com os níveis de desigualdade social do Brasil.

Diante da extrema violência empregada pelos policiais contra os primeiros atos contra os reajustes das passagens, nas primeiras semanas de junho, alguns comentários enfatizaram que a polícia cometeu “excessos”, enquanto outros afirmaram que os policiais eram despreparados. Análises como essas geram equívocos e confusões. Não é despreparo o que os policiais demonstram quando atiram a queima roupa em manifestantes – eles foram treinados para fazer isso todos os dias nas favelas e periferias das grandes cidades brasileiras (com a diferença de que lá as balas não são de borracha).⁸

Para quem tinha alguma dúvida, isso ficou nítido em plena onda de manifestações, quando na madrugada do dia 24 pra 25 de junho, na sequência à repressão a um ato de protesto, que segundo a polícia teria dado ensejo a atos criminosos, os helicópteros e carros blindados de uma polícia militar armada para a guerra, foram empregados contra a população da favela Nova Holanda, no chamado “complexo” da Maré. O resultado noticiado foi a morte de nove moradores, e um sargento da polícia. O mesmo “complexo” de favelas que, meses depois, em abril de 2014, seria ocupado por tropas da Marinha e do Exército. Localizado à margem da via expressa que liga o maior aeroporto do Rio de Janeiro ao centro da cidade, o conjunto de favelas, cuja visão desde a autopista já era obstada por muros acrílicos pintados,

⁸ Alguns números: entre 2005 e 2009, a polícia de São Paulo matou 2.045 pessoas, registrando as mortes como resultantes de “confronto” e “resistência à prisão”. O número, para se ter um grau de comparação, é superior aos dos mortos por todos os órgãos policiais dos Estados Unidos no mesmo período. No Rio de Janeiro, a polícia militar, campeã de homicídios registrados como “resistência”, matou 416 pessoas somente em 2013, quase o mesmo número do ano anterior (em 2008 foram 649). Dados que podem ser bem maiores, diante dos mais de 6.000 registros de “desaparecimentos” em 2013, números nos quais por certo se incluem muitos assassinatos por policiais que resultaram em ocultação de cadáveres, como no caso do pedreiro Amarildo, morador da favela da Rocinha, morto por policiais que sumiram com seu corpo, em pleno contexto das jornadas de junho, ou no rumoroso caso recentemente documentado de morte por policiais de um jovem de 14 anos, relatado por outros dois jovens com eles levados para uma área desabitada da cidade, ao que tudo indica utilizada rotineiramente para “desova” de corpos pelos policiais. Ver <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-07-27/pms-envolvidos-em-mortes-no-sumare-queriam-executar-mais-jovens-infratores.html>. Informações sistemáticas sobre a violência policial podem ser encontrados nos relatórios de organizações como a Justiça Global, ver global.org.br.

estaria assim “neutralizado” como potencial de perigo para a circulação de delegações e turistas durante o mundial de futebol. No entanto, a ocupação prossegue após o fim da Copa do Mundo, tendo resultado em outro tanto de mortes de moradores, sempre sob a acusação de pertencerem ao “mundo do crime”.

Nesse sentido, da mesma forma que a demanda por direitos sociais, como transporte, saúde e educação, a reação à violência policial possui também um sentido de classe. Questionar a violência policial é questionar um pilar central da forma atual da dominação de classes no Brasil. As jornadas de junho também questionaram outro dos pilares fundamentais dessa dominação: os monopólios empresariais de comunicação de massas, onde alguns poucos grupos familiares privados controlam a imensa maioria dos canais de comunicação jornalística e rádio-televisiva. Os manifestantes denunciavam a cobertura tendenciosa desses canais sobre os protestos, contribuindo assim, ainda que com muitas contradições, para abrir caminho para o esclarecimento de alguns setores sobre o papel de classe fundamental exercido pelos monopólios empresariais de comunicação.

Voltando à questão da relação entre as jornadas e as greves, é preciso explicar porque seria possível enxergar as manifestações de junho de 2013 como potencializadas por/e potencializadoras de lutas sindicais.

Em primeiro lugar, porque as reivindicações dos manifestantes estavam longe de ser novidades. Trata-se de um conjunto de bandeiras assumidas e propagandeadas pelos movimentos sociais que mantiveram uma perspectiva mais mobilizadora e combativa, mesmo em meio à maré vazante de lutas dos anos 1990 e 2000. Em especial a defesa de mais verbas e melhor qualidade para saúde e educação públicas teve nos sindicatos de trabalhadores desses dois setores no serviço público brasileiro seus principais propagadores. Em 2012, por exemplo, ano em que, como vimos, o número de greves chegou aos patamares mais elevados desde 1996, uma grande greve dos trabalhadores da educação no serviço público federal atravessou mais de três meses de enfrentamentos com o governo de Dilma Rousseff, colocando em evidência as condições precárias de expansão do ensino nas instituições federais. Ou seja, as lutas sindicais, ainda que fragilizadas e fragmentadas, das duas décadas passadas foram essenciais para manter em pauta a defesa desses direitos fundamentais. Por isso, não é possível desconsiderar que palavras de ordem ouvidas nas manifestações de junho de 2013 - como “Da copa eu abro mão. Quero dinheiro pra saúde e educação” - possuíram alguma possibilidade de

emergir porque foram antes elaboradas em lutas dos trabalhadores desses serviços públicos.

Por outro lado, as manifestações de 2013 impulsionaram greves e táticas de lutas dos sindicatos mais combativos. Em vários estados do país, sindicatos de profissionais da educação das redes públicas de ensino básico, percebendo o clima de apoio popular à causa pela qual sempre lutaram, fizeram greves no segundo semestre de 2013. No Rio de Janeiro, a greve foi longa, enfrentou a intransigência dos governos estadual e municipal, mas gerou uma nova onda de passeatas multitudinárias em seu apoio, chegando a reunir novamente cerca de 100 mil pessoas nas ruas do centro da cidade, em outubro. Muitos dos manifestantes de junho foram às ruas novamente concretizar a palavra de ordem da defesa da educação, consubstanciando-a em apoio ativo à luta dos trabalhadores do setor.

A mesma tática de levar a greve para a rua, na forma de grandes manifestações, foi empregada pelos trabalhadores da limpeza urbana do Rio de Janeiro (os garis), que em pleno carnaval carioca deste 2014 paralisaram suas atividades para garantir melhorias salariais e de condições de trabalho. Apesar do incômodo com o acúmulo de lixo nas calçadas e ruas, em plena festa carnavalesca, a maioria da população da cidade apoiou a greve e quando, em 7 de março, os garis fizeram sua maior manifestação pelo Centro foram fortemente aplaudidos e receberam muitas adesões em seu protesto. Imediatamente após essa demonstração de força, a Prefeitura do Rio de Janeiro, que havia classificado a greve como “motim” e mobilizara escoltas policiais para forçar os garis a trabalharem, chamou os líderes da greve para negociar e a paralisação se encerrou com ganhos substantivos para os trabalhadores.

Greves como essa colocam em questão também a natureza do sindicalismo brasileiro hoje. Embora continue a existir um setor combativo do movimento sindical, que se mobiliza e comanda greves (como entre os profissionais de educação, ou entre os metroviários de São Paulo, que realizaram uma forte greve em junho de 2014, às vésperas do mundial de futebol) e apesar de até mesmo a burocracia mais acomodada em alguns momentos ser obrigada a convocar paralisações do trabalho, o que chama a atenção em muitos desses movimentos grevistas recentes é que eles se fazem à margem das, e muitas vezes contra as, direções sindicais.

Nos anos finais da ditadura e até finais da década de 1980, a emergência do chamado “novo sindicalismo” se fez não apenas através da explosão das mobilizações grevistas, mas também através de um questionamento à estrutura sindical corporativista,

contrapondo-lhe a valorização da “autonomia” dos sindicatos. A formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e as lutas levadas adiante por aquela central, como as diversas greves gerais da década de 1980, foram a face mais visível de um movimento combativo que explicitava a diferenciação dos interesses e projetos de classe dos trabalhadores brasileiros em relação à classe dominante. Um quadro complexo de situações - que envolve, entre outros elementos já rapidamente mencionados, a reação dessas direções sindicais ao processo de “reestruturação produtiva”, sua progressiva adaptação à estrutura sindical que antes criticara e a adesão a mecanismos novos de colaboração de classes (como câmaras de negociação tripartites, conselhos de fundos de pensão de empresas estatais e de fundos públicos, etc.) - explica a progressiva conversão do polo sindical antes combativo a uma lógica de atuação mais propensa aos acordos que viabilizaram a retirada de direitos dos trabalhadores e a ampliação da produtividade/lucratividade do capital desde os anos 1990. A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo Federal, em 2003, levou esse processo de incorporação à ordem a um novo patamar, com a nomeação de centenas de dirigentes sindicais para cargos públicos e de gestão de empresas e a transformação da CUT em braço auxiliar das políticas de governo, quebrando a resistência mesmo àquelas contrarreformas de matriz neoliberal às quais tal setor do sindicalismo ainda se opunha.⁹

Na greve dos garis cariocas, a direção sindical, encastelada há décadas no sindicato de trabalhadores da limpeza urbana e sempre disposta a colaborar com os governos e a conter mobilizações, não só se posicionou contra a greve, como tentou evitá-la, boicotando a assembleia dos trabalhadores que iria deflagrá-la e anunciando acordos com a municipalidade que nunca foram discutidos pela categoria. Mesmo na greve dos profissionais da educação do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2013, dirigida pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), cuja composição é majoritariamente de militantes da esquerda mais combativa, houve uma nítida tensão entre o posicionamento da direção (mostrando disposição para negociar acordos que pusessem fim à greve, ainda que sem maiores garantias de conquistas) e uma parcela expressiva das bases, mais radicalizada.

⁹ Estudei tal processo, aqui apresentado de forma muito esquemática e resumida, em diversos trabalhos, como os reunidos no livro Marcelo Badaró Mattos, *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil recente*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.

Outro exemplo, bastante significativo, é o das várias greves dos operários da construção civil nos canteiros de obras do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). Duas delas ocorreram em 2013 e uma terceira, de maiores dimensões, atravessou mais de 40 dias nos meses de fevereiro e março de 2014 (outras menores ocorreriam depois). Novamente aí a direção do sindicato local colocou-se contrária à greve e buscou “negociar” com as construtoras à revelia dos 28 mil grevistas, que por mais de uma vez mantiveram a paralisação dos trabalhos após anúncios de acordo e fim de greve por parte dos dirigentes sindicais. Os protestos dos trabalhadores em greve envolveram fechamento de estradas e incêndio de ônibus e logo no início do movimento, na madrugada de 6 de fevereiro, dois trabalhadores foram feridos à tiros. Várias declarações de envolvidos no protesto acusaram “seguranças” contratados pelo sindicato como responsáveis pelos disparos.

Nos meses seguintes, chamaram a atenção greves de rodoviários, em várias capitais brasileiras, reivindicando melhores salários e condições de trabalho (como o fim da “dupla função” de motoristas obrigados a também fazer a cobrança das passagens). De certa forma, assim como na greve dos trabalhadores do metrô paulistano, as paralisações de rodoviários indicaram o outro lado da questão dos transportes públicos que estava no centro dos protestos do ano anterior, qual seja, as das péssimas condições de trabalho e baixos salários dos trabalhadores neles empregados. analogamente ao caso dos trabalhadores em educação, também nesse caso é possível avaliar que as “jornadas de junho” exerceram um papel de impulso para tais greves. Tanto quanto nas greves da limpeza urbana, nas greves de rodoviários os trabalhadores também paralisaram suas atividades sem o apoio das direções sindicais, ou mesmo se enfrentando com diretorias de sindicatos identificadas com as formas mais tradicionais de colaboração de classe no meio sindical brasileiro.

Não é, entretanto, apenas no plano sindical que podemos observar um efeito “bumerangue” das “jornadas de junho” em relação a lutas anteriores e posteriores. No caso dos movimentos sociais urbanos de luta pelo direito à moradia, por exemplo, o crescimento recente das mobilizações é bastante significativo. O déficit de moradias no Brasil é enorme - com cerca de 7 milhões de famílias (mais de 20 milhões de pessoas) carecendo de um teto - e as grandes obras urbanas relacionadas aos mega-eventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), gerando um amplo número de despejos e remoções agravou as tensões sociais em torno do problema. O melhor exemplo é o do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que, em junho de

2013, organizou diversas manifestações em conjunto com outras organizações nas periferias dos grandes centros, especialmente em São Paulo, e protagonizou uma série de ocupações de terrenos urbanos por milhares de famílias em busca de uma moradia digna, tendo tido desde então expressivas conquistas nesse terreno, o que confirma a importância das lutas territoriais e por direitos reprodutivos, numa configuração das relações de trabalho marcada pela precariedade e fragmentação espacial da exploração.¹⁰

Do ponto em que estamos

O ano de 2015 se iniciou no Brasil com um quadro social distinto. Após eleições presidenciais polarizadas, em fins de 2014, vencidas pela coalização no poder desde 2003, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, ficou cada vez mais evidente que as eventuais promessas de campanha de preservar direitos dos trabalhadores, evitar o caminho das privatizações e manter o baixo nível de desemprego através de políticas de estímulo à produção eram apenas o que eram: promessas de campanha. A manifestação mais acentuada dos efeitos da crise econômica internacional sobre o país - após um período já relativamente longo de queda no preço internacional das commodities (base da pauta de exportações brasileira), de retração do crescimento chinês (principal parceiro comercial do país) e de esgotamento das políticas internas de expansão do crédito e isenções fiscais como estímulo ao consumo - gerou uma resposta pós-eleitoral conservadora e ortodoxa do governo reeleito, com a adoção das, internacionalmente conhecidas, medidas de “austeridade”. Os cortes do orçamento público nas áreas sociais - especialmente na educação - e a retirada de direitos relativos ao seguro desemprego e pensões de viúvas foram as principais indicações de que mais uma vez a conta da crise deveria ser paga pelos trabalhadores. Elevação da taxa de juros, cortes no orçamento público, aumento de impostos, demissões, etc., estão em marcha.

As primeiras reações já se fazem sentir. O funcionalismo público e, em especial, os professores do ensino público em diversas regiões do país, encontram-se em

¹⁰ Sobre o déficit de moradias, as lutas do MTST e o impulso das “jornadas de junho” a uma onda de ocupações, ver Guilherme Boulos, *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*, 2ª. Ed., São Paulo, Scortecci, 2014.

diferentes estágios de luta coletiva para resistir contra os cortes de verbas que impossibilitam o trabalho e a retirada de direitos anunciada. O caso mais emblemático é o do estado do Paraná, em que o governo estadual anunciou um pacote de medidas de restrição orçamentária e retirada de direitos previdenciários que levou a uma greve do funcionalismo estadual - profissionais de educação à frente -, a qual no momento em que este texto está sendo escrito (março de 2015) já dura cerca de três semanas.

Categorias de trabalhadores que até o ano passado se destacaram pelo recurso frequente à greve, agora se veem obrigadas a lutar contra o desemprego. É o caso dos já citados operários da construção civil, como os que trabalhavam em canteiros de obras na construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e foram demitidos às centenas, sem o pagamento das indenizações devidas e sem perspectiva de recontração, pois os cortes no orçamento público e a apuração do envolvimento de empreiteiras em grandes esquemas de corrupção estão paralisando as grandes obras que geraram o crescimento do emprego no setor nos últimos anos. Esse grupo de trabalhadores já realizou diversas manifestações no Rio de Janeiro e em Brasília, com destaque para o fechamento da grande ponte Rio-Niterói (que com 13km de extensão é a principal ligação entre a cidade do Rio e as rodovias que levam ao norte do estado).

Mesmo setores que viveram em relativa “paz sindical” com os patrões nos últimos anos, como os trabalhadores das indústrias automobilísticas, iniciaram 2015 com diversas greves, na tentativa de conter a onda de demissões que as montadoras anunciaram em resposta à retração nas vendas de veículos.

Há em curso convocações para mobilizações mais amplas e até chamamentos à greve geral, algo que não ocorre no Brasil há cerca de 25 anos.

O processo está em aberto e seria exercício arriscado tentar prever seus desdobramentos. Só com o passar do tempo poderemos ter condições para avaliar se o crescimento do número de greves nos últimos anos poderá ser um ponto de partida para uma resposta mais consequente da classe às medidas de “austeridade” e suas consequências, ou mesmo se corresponderá a um passo adiante no processo de reorganização da classe trabalhadora, solidificando um novo ciclo das suas lutas no Brasil, que crie condições para uma alteração em algum nível na correlação de forças sociais. No entanto, pode-se dizer desde já que, entre outras questões importantes postas pelas manifestações, greves e ocupações, parece ser fundamental compreender que uma nova onda de mobilizações grevistas, que possa recolocar a classe trabalhadora

organizada no centro do debate político nacional, dependerá, por um lado, da capacidade das bases sindicais e dos dirigentes mais combativos de alargarem as lutas, através de mobilizações de massas que envolvam também os setores mais precarizados e menos organizados da classe trabalhadora, que demonstraram seu potencial de descontentamento em junho de 2013 e nos movimentos seguintes, de forma a unir sindicatos e movimentos mais combativos em uma só frente de lutas. A formação de frentes de lutas entre mobilizações sindicais/grevistas e lutas territoriais urbanas, por exemplo, pode gerar um outro patamar de organização para a retomada das mobilizações de rua. Por outro lado esse novo crescimento do patamar de lutas sociais dependerá também - tanto no plano sindical quanto no que tange à maioria das direções dos movimentos sociais - de uma renovação dos quadros organizativos, com a substituição de burocracias, esclerosadas em função do colaboracionismo de classes, por novas lideranças surgidas das greves e mobilizações que se enfrentam com esses burocratas.